

## As mensagens “quase” de fim de ano de Carlos Martins no

### VII Encontro Nacional de Resíduos

A intervenção do Secretário de Estado do Ambiente assentou sobre os pilares da hierarquia da gestão de resíduos, constantes do programa do VII Encontro Nacional de Gestão de Resíduos, organizado pela APEMETA. São, afinal, as *palavrinhas mágicas* que fazem correr o setor.

#### RECICLAR

“Portugal é dos países que está mais desalinhado relativamente ao que está a ser cozinhado” na União Europeia. Palavras iniciais do Secretário de Estado, perentório relativamente à estratégia possível para continuar em campo: “Estamos a tentar negociar uma posição mais favorável para Portugal”.

#### Um grande desafio para 2018: a generalização da recolha seletiva de orgânicos.

Ainda assim, Carlos Martins avisou que “as metas que aí vêm vão colocar as entidades gestoras, e, mais ainda, os municípios, sob uma grande pressão para que os objetivos sejam cumpridos. Refiro-me, nomeadamente, à recolha seletiva de orgânicos, que vai colocar a necessidade de grandes investimentos.”

#### A partir de 2018, as três entidades gestoras do SIGRE têm de ir além dos mínimos.

Para o Secretário de Estado do Ambiente, a concorrência de três entidades na gestão do SIGRE pode ser um risco, “se elas não estiverem empenhadas em ir além dos mínimos, sobretudo quando estamos em vésperas de ter metas mais ambiciosas”.

Carlos Martins manifestou a convicção de que “apesar do momento conturbado” vivido recentemente, em 2018 pode-se começar a percorrer uma “trajetória de algum sucesso”. Em termos de economia circular, assegurou o governante, é um processo que interessa a todos: aos cidadãos, que podem ter taxas mais baixas; ao setor, que, com especificações técnicas mais exigentes ganha eficácia em termos de valorização de RSU.

#### REPENSAR

#### Vem aí o PERSU 2020+, e novos avisos do POSEUR, no primeiro semestre de 2018.

“Repensar o nosso PERSU 2020 - vai mesmo avançar”. O Secretário de Estado acredita ir assim, ao encontro da convicção de todos os que estão mais diretamente envolvidos: “que esse reposicionamento, uma revisão da estratégia que estava desenhada, é importante. Ainda este mês sairá o despacho de duas Comissões. Vai haver uma comissão para elaboração desse repensar – deverá chamar-se 2020+. Vamos já desenhar um 2020 a pensar naquilo que serão as

metas da Diretiva que aí vem, portanto pensar mais longe, pelo menos, para 2025, materializando investimentos através do POSEUR.

Carlos Martins anunciou uma Comissão Executiva e um Conselho mais alargado, com os principais intervenientes do setor, sociedade civil e universidades. O objetivo da tutela é que no primeiro semestre de 2018, com resultados, possam “sair avisos, no mês de junho, para novas candidaturas na área dos resíduos”.

### **Resíduos perigosos: “procurar que a componente valorização ganhe um crescente papel e seja fortemente incentivada.”**

2018 será também o ano para repensar estratégias para os resíduos perigosos, apresentando o Governo, na primeira quinzena de janeiro, os resultados de um estudo sobre os resíduos industriais perigosos relativamente a capacidade instalada e expectativas para a gestão e tratamento deste resíduos.

Quanto aos resíduos hospitalares, afirmou Carlos Martins que uma avaliação está em fase de conclusão, “com as linhas orientadoras para aquilo que será um novo ciclo para este fluxo de resíduos.”

### **e-GAR: “Quer os transportadores, quer os próprios valorizadores e os gestores de resíduos têm andado um bocadinho a dormir na forma”.**

Nas palavras do titular da pasta do Ambiente, naquela Secretaria de Estado: “Dia 1 de janeiro temos as e-GAR obrigatórias. Eu acho que a maior parte dos agentes, quer os produtores, quer os transportadores, quer os próprios valorizadores e os gestores de resíduos têm andado um bocadinho a dormir na forma, peço desculpa pela simplicidade do termo, mas a nossa expectativa, ao ter dado seis meses para as pessoas poderem experimentar e entrar de forma voluntária no processo teve muito pouco sucesso. Nós fizemos esta semana uma avaliação da base de dados de quem está inscrito e julgamos que o universo dos que se inscreveram nestes seis meses é inferior a 10%, o que quer dizer que no dia 2 de janeiro vai haver seguramente uma corrida desenfreada que pode até dar problemas devido a esta tendência em Portugal de guardar tudo para a última hora”.

Relativamente às preocupações de algumas entidades que, no entender do Secretário de Estado, “parece terem acordado agora para o problema - não disseram nada quando foi a audiência pública do diploma e agora aparecem aí todos atrapalhados e aflitos e a fazer queixas a Bruxelas, cá estaremos para tratar de elucidar quem eventualmente tenha dúvidas, ainda que a dúvida só possa vir de alguém que anda em mercados onde não deve e eventualmente esteja preocupado com isso. Mas cá estaremos para explicar, aqui ou na União Europeia”.

#### **RECUPERAR**

**Nomeadamente, relativamente à fração resto, “é preciso deitar mão a todas as opções que tecnologicamente resolvem bem os problemas, sem nenhuma limitação.”**

Insiste Carlos Martins, relativamente à *palavrinha mágica* RECUPERAR: “Se quisermos cumprir as metas será inevitável que esse leque de soluções seja tão amplo quanto na Europa. O que acontece na Suécia, na Noruega ou na Alemanha não deixará com certeza de ser tão bom para o ambiente como em Portugal”.

Para 2018, a tutela promete uma postura de abertura, defendendo todas as soluções ambiental e tecnologicamente disponíveis para resolver as questões do escoamento da fração resto de RSU, da valorização dos CDR, do futuro das UTMB, das infraestruturas para a valorização energética – considerando capacidade instalada e por construir. Instou Carlos Martins: “Temos de partir para este exercício com completa liberdade de comparar todas as opções disponíveis e ambientalmente adequadas”.

### **RE(I)NOVAR**

Trata-se, aqui, segundo o Governante, de voltar a valorizar os produtos que temos à disposição, prolongando-lhes o mais possível a vida útil, em áreas-chave, da investigação e do desenvolvimento, que podem contribuir para o desenvolvimento de um novo modelo de economia e para a criação de emprego em áreas e segmentos que não têm sido utilizados.

### **Todas as licenças, de todos os fluxos específicos, devem ser publicadas em janeiro de 2018.**

Haverá oportunidades de investimento em I&ID, contratações e concursos em que podem afluir universidades e centros tecnológicos. Mas desta vez, alerta Carlos Martins, “nós queremos que se coloque dinheiro e que a seguir se avalie. Os projetos podem falhar, mas não vamos é fazer outros projetos, repetindo as falhas. Nesta matéria, a criatividade dos atores podem aqui ser um valor acrescentado”.

### **REDUZIR**

**“Temos tido uma má avaliação de algumas operações de gestão de resíduos, nomeadamente a operação armazenamento, quando começamos a analisar tudo aquilo que são os fluxos de resíduos, é geralmente uma caixa preta onde eles mais desaparecem do que se valorizam ou se eliminam.”**

Carlos Martins considera que Portugal, nalguns domínios, começa a ter infraestruturas suficientes para aquilo que é a necessidade de eliminar e valorizar resíduos: “praticamente que em todos os domínios temos infraestruturas boas, de qualidade, que lidam bem com as temáticas ambientais”.

Nalguns casos, a oferta de infraestruturas é excessiva, afirmou o Secretário de Estado, recomendando que, “se houver, no futuro alguma medida a tomar, é retirar alguns maus operadores que não cumprem bem as disposições ambientais. O nosso país não necessita de 1600 operadores de gestão de resíduos, precisará seguramente de uns quantos, mas de uns quantos que saibamos bem o que andam a fazer”. Feito o diagnóstico, o Secretário de Estado dá o mote para os próximos passos: “a política, futuramente, pelo menos enquanto eu estiver no ministério, é que essas operações só fazem sentido se estiverem instaladas na proximidade de

unidades de valorização, de centros de encaminhamento para movimento transfronteiriço de resíduos ou de centrais de eliminação”.

Para além da otimização do número de operadores, há trabalho de fiscalização e acompanhamento tutelar que também tem de ser feito, asseverou o Secretário de Estado, dado que “o exercício feito em meia dúzia de situações tiradas ao acaso revelou que, dessa meia dúzia, nenhuma deixava de fazer desaparecer resíduos”. Assim, a curto prazo, vai ser obrigatória, por parte dos operadores, a apresentação anual de um balanço do que têm aprovisionado nas suas instalações.

### **A nova licença de REEE deverá resolver o problema da cruzinha no formulário dos comerciantes e distribuidores: “desistiu de retomar”.**

A indignação do Secretário de Estado do Ambiente, relativamente à questão da retoma de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos: “Ninguém acredita que 50% dos portugueses, quando compram um frigorífico, desistem da retoma do antigo. A verdade é que quando analisamos o fator da retoma no comércio, todas as empresas sem exceção, das grandes distribuidoras de eletrodomésticos, acabam por ter uma cruzinha no papel a dizer que as pessoas desistiram da retoma em casa, o que quer dizer que eventualmente ela foi retomada num outro lugar qualquer, ninguém sabe muito bem onde”.

Para resolver este mistério e colmatar o problema, Carlos Martins anunciou que a nova licença de REEE vai ter um conjunto de metas que não o peso, vai ter que se saber quanto é que valorizaram de gás, de cobre, de outros componentes do frigorífico ou da máquina de lavar, porque o peso, em último caso, era quase sempre aquela peça pesada da máquina de lavar que fazia subir a meta e não é isso que nos preocupa, do ponto de vista ambiental”.

ESGRA, 22 de dezembro de 2017